



1 **APROVADA EM 03/03/2022.** ATADA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO TÉCNICO
2 DE ACOMPANHAMENTO DA ATUALIZAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE
3 RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
4 SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ (GTA PLANO), INSTÂNCIA
5 INTEGRANTE DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E
6 DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – GRAVAÇÃO
7 DISPONÍVEL – No dia 23 de novembro de 2021, terça - feira teve início às 14h, por
8 videoconferência, a reunião do GTA Plano com a seguinte pauta: **1) Validação do novo**
9 **modelo de mapas para a entrega final do Banco de Dados e para os próximos**
10 **produtos a serem entregues; 2) Validação do projeto base de design para a**
11 **elaboração do Resumo Executivo (PF02 Relatório Síntese do PRH-BG); 3)**
12 **Apresentação sobre os Cadernos de Ação dos Subcomitês na perspectiva do Termo**
13 **de Referência e expectativas do CBH-BG para esses produtos; 4) Adiamento da data**
14 **da Oficina do RP08/PF01, programada para o dia 30/11/2021, para outro dia a ser**
15 **decidido; 5) Definição dos participantes e convidados para o Encontro Ampliado do**
16 **RP08/PF01.** A reunião iniciou um pouco após às 14h por conta da espera da entrada dos
17 participantes. João Paulo Coimbra (AGEVAP) iniciou informando que o produto RP07
18 Propostas de ações, intervenções, programa de investimentos e roteiro de implementação
19 do plano havia sido aprovado incorporando a maioria das sugestões de aperfeiçoamento.
20 Informou que estavam aguardando apenas o envio do produto por parte da RHA para a
21 disponibilização do mesmo no site do CBH-BG. Informou que eles adequaram o produto
22 considerando a maioria dos apontamentos que eles receberam via nota técnica elaborada
23 por ele. Informou que o próximo produto a ser entregue ao GTA Plano é o RP08
24 Consolidação do PRH-BG e mencionou que o último item de pauta da reunião seria
25 exatamente sobre o Encontro Ampliado desse produto. **1) Validação do novo modelo de**
26 **mapas para a entrega final do Banco de Dados e para os próximos produtos a serem**
27 **entregues:** Carolina Martins informou que está previsto no Regimento interno que não há
28 necessidade de quórum para reuniões de Câmaras Técnicas (CT) e Grupos de Trabalho
29 (GT). João Paulo Coimbra (AGEVAP) projetou o modelo de mapa que a RHA já vem
30 utilizando desde o início da contratação e que foi aprovado como base de todos os mapas
31 dos relatórios e produtos entregues pela RHA. Apontou que a partir desse momento haveria
32 pequenas mudanças no mapa base: a inclusão das logomarcas do FUNDRHI, SEAS e Inea,
33 conforme recomendação da SEAS/Inea para todas as ações financiadas com recursos do
34 Fundhri; e a adequação no grid de coordenadas. José Paulo Azevedo (OMA Brasil)
35 perguntou se o mapa base do Atlas e dos relatórios de territorialidade seguem o mesmo
36 padrão. João Paulo respondeu que sim, que é utilizado o mesmo sistema de coordenadas
37 e o mesmo sistema geodésico, mas reiterou que os *templates* são diferentes. José Paulo
38 (OMA Brasil) perguntou se com essa comunicação da SEAS/Inea reuniu os documentos do
39 Plano. João Paulo Coimbra (AGEVAP) explicou que os logos irão estar presentes em todos
40 os produtos a partir do produto RP07. José Paulo (OMA Brasil) informou que essa
41 adequação é importante e ainda perguntou se o SIGA-BG está seguindo essa mesma
42 lógica. João Paulo informou que a RHA Engenharia e Consultoria, até o momento, já
43 entregou o banco de dados parcial que contém dados produzidos até o produto RP05,

44 destacando que não houve produção de dados no RP06. Continuou informando que a
45 versão final do banco de dados está prevista para o final da contratação para abranger
46 dados que possam ser produzidos no âmbito dos produtos que ainda não foram entregues.
47 Informou que seria melhor disponibilizar os dados do plano no SIGA-BG para o público
48 após a entrega da versão final consolidada no final da contratação. Informou que está em
49 contato com o Patrick Moraes (AGEVAP), responsável por acompanhar o SIGA-BG, e que
50 quando são solicitados dados do PRH-BG os mesmos são passados aos poucos. José
51 Paulo (OMA Brasil) informou que isto é também do interesse da CTIG e não só do público
52 geral e informou da importância da sintonia entre o que o Patrick Moraes está fazendo e o
53 GTA Plano. João Paulo (AGEVAP) reforçou que já está de posse do banco de dados parcial
54 do PRH-BG e que havendo necessidade de dados acerca dos produtos já entregues seria
55 só solicitar que os mesmos seriam disponibilizados. Mas pelo fato de ainda ser a versão
56 parcial repetiu que está aguardando a entrega da versão final para disponibilização para o
57 público em geral. Seguindo com a pauta, todos aprovaram as alterações apresentadas no
58 modelo do mapa. **2) Validação do projeto base de design para a elaboração do Resumo**
59 **Executivo (PF02 Relatório Síntese do PRH-BG):** João Paulo Coimbra (AGEVAP) seguiu
60 informando que a validação objeto dessa pauta seria importante para que a RHA possa
61 prosseguir com a elaboração do produto. Informou que após a validação não seria possível
62 fazer alteração no layout. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) opinou que
63 o projeto gráfico está muito extenso para uma validação e sugeriu a possibilidade de
64 estender o prazo para validação após a reunião. João Paulo (AGEVAP) lembrou a todos
65 que o documento foi enviado como material de pauta e houve tempo para análise do mesmo.
66 Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) falou que tem muitos detalhes. José
67 Paulo (OMA Brasil) informou que achou a ideia boa principalmente por conta das ausências
68 na reunião, mas perguntou aos presentes o que acharam do documento. Pediu também
69 para o João Paulo listar suas observações. José Paulo ainda disse que a ideia da Candice
70 era boa no sentido que depois que se esgotasse a discussão no GTA Plano acerca do
71 modelo do documento, o mesmo poderia ser levado para os demais membros do CBH-BG.
72 João Paulo Coimbra (AGEVAP) passou pelo documento mostrando alguns pontos de
73 atenção. Falou da paleta de cores e perguntou aos demais se concordavam se a mesma
74 representava a identidade do CBH-BG. Passou pelo sumário apresentando o conteúdo a
75 ser trazido pelo documento. Falou da necessidade de envio de fotos com direito de uso
76 para a RHA. Continuou informando que esse produto PF02 será a síntese do plano e que
77 gostou da empresa ter trazido um material visual, com muitas cores, figuras e imagens.
78 Maria Lobo (Viva Cosme Velho) gostou e achou que está bonito, apontou que as
79 fontes/letras estão com as cores muito claras e também sugeriu usar imagens do Atlas da
80 RH-V. Algumas outras pequenas alterações foram solicitadas e apontadas ao longo da
81 apresentação. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) em relação a sua
82 sugestão de estender o prazo de análise disse que logo na sequência pensou na dificuldade
83 de estar operacionalizando, pois um trabalho de diagramação é um equilíbrio de cores,
84 fontes, etc., e que muitas sugestões podem ser boas, evidentemente, mas podem ir na
85 contramão do equilíbrio e dificultar o processo de consolidação do documento. Falou que
86 se começar a vir um sem fim de sugestões não seria possível passar um filtro e atender a

87 todas. José Paulo (OMA Brasil) disse que seria interessante passar pelos subcomitês e
88 Diretoria Ampliada para ter essa aprovação e ter legitimidade além do GTA Plano, seria
89 mais um dar ciência. Ele disse que concordava com ela que não seria para abrir geral e
90 lembrou da última oficina que atrasou o desenvolvimento do produto. João Paulo Coimbra
91 (AGEVAP) perguntou então se a formatação apresentada estaria aprovada e se seria
92 apenas apresentada em uma reunião de Diretoria ou se ainda deveria ser aprovada na
93 próxima reunião de Diretoria. José Paulo (OMA Brasil) respondeu que já tem uma reunião
94 marcada e sugeriu inserir essa pauta como informe sobre o andamento do plano. Carolina
95 Martins (AGEVAP) lembrou que na reunião de Diretoria Ampliada é disponibilizado um
96 tempo para cada pessoa falar (coordenadores de subcomitês, Câmaras Técnicas e Grupos
97 de Trabalho) e que o José Paulo terá esse tempo como coordenador do GTA Plano.
98 Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) solicitou que sejam enviados os nomes
99 dos membros e organizações para serem inseridas na segunda folha do resumo executivo.
100 João Paulo (AGEVAP) solicitou a definição de como será incluída a composição do CBH-
101 BG com todos os nomes dos representantes dos seis subcomitês, da Plenária, Diretoria e
102 Coordenações. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) concordou com João em relação à
103 extensa lista de nomes, e propôs incluir um link para a página do subcomitê. Recomendou
104 incluir apenas a Diretoria atual e antiga, coordenações dos subcomitês e o GTA Plano. João
105 Paulo Coimbra (AGEVAP) indicou incluir uma lista das instituições para adicionar mais peso
106 no documento. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) recomendou adicionar agradecimentos
107 às instituições que participaram. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) indicou um print screen
108 da tela com os participantes. **3) Apresentação sobre os Cadernos de Ação dos**
109 **Subcomitês na perspectiva do Termo de Referência e expectativas do CBH-BG para**
110 **esses produtos:** João Paulo Coimbra (AGEVAP) projetou o trecho referente aos Cadernos
111 de Ação no termo de referência e mencionou que os Cadernos de Ação, conforme termo
112 de referência, devem trazer um recorte do plano na perspectiva dos subcomitês. Mencionou
113 que essa pauta era um dos motivos da presença da RHA na reunião pois a empresa estava
114 com algumas dúvidas. Prosseguiu dizendo que era importante alinhar as expectativas e
115 fazer essa mediação acerca desse produto. Comentou a respeito do desafio do
116 desenvolvimento dos cadernos por subcomitê. Lembrou que nos outros produtos a
117 abordagem foi através da divisão por as Unidades Hidrológicas de Planejamento (UHPs).
118 Falaram também das delimitações atualizadas dos subcomitês e surgiram dúvidas se essa
119 delimitação já estava aprovada junto ao CBH-BG. José Paulo (OMA Brasil) lembrou que
120 essa questão já passou por uma reunião plenária do CBH-BG e apenas alguns pontos
121 ficaram em aberto, tais como a questão das ilhas trazidas pela Adriana Bocaiúva. Finalizou
122 sugerindo prosseguir a elaboração dos cadernos com essa nova delimitação. João Paulo
123 Coimbra (AGEVAP) informou que a RHA está elaborando os cadernos utilizando esse
124 shapefile atualizado mesmo. A título de informação, prosseguiu projetando o mapa da
125 análise populacional por subcomitê realizada para o Atlas, que já considera a nova
126 delimitação. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) recomendou apresentar o mapa na reunião
127 da Diretoria Ampliada para indicar que já há uma definição. Candice Schauffert (RHA
128 Engenharia e Consultoria) falou sobre a diferença observada entre os limites das UHPs e
129 os limites dos subcomitês que dificultam a realização das análises para os cadernos de

130 ação. Ainda mencionou o curto prazo para a elaboração dos cadernos e que é inviável ter
131 que elaborar os mapas utilizando uma configuração que possa vir a ser alterada. José Paulo
132 (OMA Brasil) repetiu que essa questão dos limites do subcomitês foi a plenária do CBH-BG
133 e foi aprovada e que o que está pendente é a inserção dessa questão no regimento interno,
134 que para fins do caderno de ações do PRH-BG era para utilizar esse mapa projetado pelo
135 João Paulo Coimbra. Disse também que a diferença entre os subcomitês e UHPs é pequena
136 e que daria para explicar na análise ao invés de ter que refazer todos os mapas. Candice
137 Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) mencionou que no caso da Lagoa Rodrigo de
138 Freitas a diferença era significativa. João Paulo (AGEVAP) perguntou como foi o processo
139 de negociação para que os cadernos de ação fossem por subcomitê sendo que os demais
140 produtos observaram a delimitação por UHPs. Candice Schaufert (RHA Engenharia e
141 Consultoria) informou que estava dessa forma no termo de referência. Disse que queriam
142 alinhar também não só a questão dos cadernos de ação dos subcomitês, mas também todo
143 o recorte do manual operativo e até do próprio relatório síntese, entendendo que são
144 documentos de maior consulta e que tem que se comunicar de forma natural entre si. De
145 repente tem uma unidade no manual operativo e outra no caderno de ação, e ainda o
146 descasamento no relatório síntese. Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria)
147 informou que o termo de referência não traz recorte para o manual operativo. Gabriela
148 Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) prosseguiu contando sobre o conteúdo dos
149 cadernos de ações. E trouxe a reflexão de que, por exemplo, os relatórios do diagnóstico e
150 prognóstico possuem muitas páginas e que trazer esse conteúdo na íntegra para todos os
151 cadernos de ação dos subcomitês os tornariam muito extensos, dificultando a consulta por
152 parte dos tomadores de decisão. Perguntou sobre a possibilidade de usar um resumo das
153 principais informações tanto do prognóstico e diagnóstico para colocar nos cadernos de
154 ação. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) sugeriu colocar, indo de encontro
155 com a ideia da AGEVAP, de colocar infográficos. A ideia é tentar tornar os cadernos
156 objetivos e disse que essa proposição era no sentido de alinhamento para que eles
157 prosseguissem com a elaboração dos cadernos. Seguiu relatando a dificuldade de
158 incorporar o plano de investimentos segregado por cada subcomitê e perguntou qual seria
159 o melhor caminho para prosseguir. Reforçou que a maioria das ações não se aplicam
160 unicamente a um subcomitê e que as aplicações são gerais. Também perguntou como
161 deveria ser a divisão dos recursos. José Paulo (OMA Brasil) informou que a divisão dos
162 recursos já está definida tem cerca de quatro anos, 30% destinado para Oeste e Leste e
163 10% para cada subcomitê de sistema lagunar. Ele disse que utilizaria essa divisão e
164 lembraria que são os subcomitês que definem as ações. Disse que na próxima oficina de
165 planejamento estratégico o Plano Aplicação Plurianual (PAP) teria de ser reestruturado,
166 alterando da lógica de macroprogramas para a de componentes estratégicos. Mas disse
167 que em relação a divisão dos recursos é isso que existe hoje. João Paulo (AGEVAP) disse
168 que também via um grande desafio para incorporação do plano de ações e investimento
169 nos cadernos dos subcomitês pois na sua visão, para esse fim, seria mais fácil construir os
170 planos individuais de cada subcomitê para depois agregar e construir o plano da RH-V. O
171 processo que ocorreu foi contrário, fez-se um plano de investimento e ações para a RH-V
172 como um todo e agora tenta desmembrar por subcomitês. Disse que seria bem trabalhoso

173 e desafiador desmembrar o plano de investimentos e ação por subcomitê da forma que ele
174 foi aprovado. José Paulo (OMAzevedo) disse que por isso que ele está sugerindo mostrar
175 qual foi a lógica de planejamento e quanto é alocado para cada subcomitê. E que
176 completaria com as ações que hoje estão em curso por cada subcomitê. Para ilustrar seu
177 pensamento João Paulo Coimbra exemplificou com a questão da ação relacionada às
178 águas subterrâneas, que lá atrás tinha sido pensada pelo Subcomitê do Sistema Lagunar
179 de Maricá-Guarapina mas que durante as oficinas do plano foi sugerido que essa ação
180 fosse para a RH-V como um todo. Então nessa lógica, agora essa ação vai se repetir seis
181 vezes, em cada um dos seis cadernos de ação. Disse que praticamente todas as ações
182 elencadas no plano de investimentos são para a RH-V como um todo. Finalizou dizendo
183 que todos esses cadernos, em relação a plano de investimentos, serão muito parecidos.
184 José Paulo (OMA Brasil) disse que não tem como eles não serem parecidos. Disse que só
185 passaram a ter a cara de cada subcomitê após a nova oficina de planejamento estratégico.
186 Maria Lobo (Viva Cosme Velho) recomendou realizar a oficina do PPA após a entrega do
187 plano para não o comprometer. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) falou
188 das ideias discutidas pela RHA em função da dificuldade de estarem fazendo o plano de
189 investimentos por subcomitê, dentre elas a ideia da criação de um índice de distribuição
190 orçamentária pensado nos critérios de distribuição de recursos para os subcomitês.
191 Perguntou como se dá a divisão orçamentária pelos subcomitês e se ela é baseada em
192 prioridades ou se é apenas uma fatia do orçamento. José Paulo (OMA Brasil) disse que o
193 percentual já está bem definido (30% para leste e oeste e 10% para cada sistema lagunar)
194 e a utilização do recurso é definida e priorizada por cada subcomitê. Falou que a lógica
195 dessa divisão foi feita pelo CBH-BG no geral. Gabriela comentou a priorização do plano e
196 a divisão de recursos dos subcomitês. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria)
197 perguntou quais são os critérios de priorização utilizados pelos subcomitês. Ana Costa
198 (AGEVAP) registrou no chat que “o percentual definido hoje está vigente até o ano que vem
199 2019-2022. O plano pode rever o critério político que foi aplicado e propor uma distribuição
200 com base em prioridades técnicas de cada subcomitê. Inclusive é esperado que o plano
201 apresente as prioridades, inclusive houve questionamento do INEA sobre qual seriam as
202 ações prioritárias”. Candice Schaufert (RHA Engenharia e Consultoria) disse que poderiam
203 propor critérios tais como maior retorno ambiental das ações ou critérios alinhados às
204 prioridades dos subcomitês, mas que seria necessário entender primeiro quais são as
205 prioridades dos subcomitês. José Paulo (OMA Brasil) disse que o que foi proposto
206 inicialmente pela RHA na Oficina de utilizar o formulário era muito pouco e não ia dar certo,
207 a ideia evoluiu. Ficou entendido que a matriz que utilizou o método AHP (Analytic Hierarchy
208 Process) que definiu as prioridades tanto no CBH-BG quanto nos subcomitês. Gabriela
209 Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) destacou que as prioridades foram feitas
210 tecnicamente de acordo com o conhecimento de todas as informações agregadas para o
211 plano, sabendo de todas as situações que acontecem na bacia hidrográfica. A RHA
212 priorizou tecnicamente e também a partir do prazo, de acordo com a urgência e problemas
213 mais graves na bacia. A priorização de certa forma então englobou um critério ambiental
214 subjetivo, de forma consensuada de acordo com o conhecimento da maioria. Ela sugeriu
215 que poderia haver uma conversa com os membros do comitê para entender como poderia



216 ser uma divisão interessante dos recursos. Destacou que muitas das ações são da bacia
217 como um todo. José Paulo (OMA Brasil) corrigiu dizendo que não existe uma bacia, existem
218 várias bacias independentes pois é uma região hidrográfica. Gabriela exemplificou com as
219 ações a respeito da outorga e disse que essa ação por exemplo não tem como ser feita por
220 sub-bacia e sim na bacia como um todo. Questionou como seria dividido a divisão do
221 recurso entre os subcomitês nesse caso? José Paulo (OMA Brasil) disse que isso já é o
222 que acontece que existe uma quantidade determinada de recurso a ser utilizado numa sub-
223 região hidrográfica. Uma região hidrográfica maior, como o subcomitê Oeste, recebe maior
224 quantidade de recursos e maior quantidade de outorgas a rever. Ele exemplificou com a
225 ação que está ocorrendo do monitoramento, que tem estações de monitoramento em cada
226 um dos subcomitês e cada um destinou um montante para a ação. Mencionou que não
227 existe isso que a Ana escreveu no chat de redefinir os percentuais pois dessa forma seria
228 criada uma guerra, isso já está estabelecido. Quanto a critérios ambientais, mencionou que
229 estão falando de gestão de recursos hídricos e que os critérios deveriam girar em torno, por
230 exemplo, de facilitar o enquadramento, aumentar a disponibilidade hídrica, etc, e que,
231 portanto, não são ambientais no geral. Todos os critérios devem se traduzir nos princípios
232 de melhorar a qualidade, aumentar a quantidade e reduzir eventos extremos. Gabriela
233 Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) sugeriu que como não é do interesse do comitê
234 alterar os percentuais e mexer nessa questão dos recursos quando for identificada uma
235 ação que vale para todos os subcomitês, então o custo dela será dividido de acordo com a
236 alocação de recursos já utilizada pelo CBH-BG. José Paulo (OMA Brasil) contou que deve
237 ser feito assim mesmo. Continuou explicando que o CBH-BG surgiu em 2005 e que até se
238 criar essa regra era muito complicado. Disse que não deve se mexer no percentual e que
239 tem razões para isso ter sido definido assim. Dentro de cada subcomitê ocorre a definição
240 de como usar o recurso. Disse que foi feita uma oficina dos macroprogramas e que agora
241 será necessário fazer outra oficina. Finalizou dizendo que a RHA fez um trabalho legal
242 utilizando a metodologia AHP e que a única coisa que falta para organização é utilizar a
243 mesma metodologia para os cadernos de ação dos subcomitês. Pediu para a Carolina
244 Martins verificar se a nova delimitação dos subcomitês já foi aprovada na plenária do CBH-
245 BG. Ana Costa (AGEVAP) ressaltou que a redefinição dos limites dos subcomitês foi
246 discutida nos subcomitês, a plenária aprovou que fosse discutido foi para a CTIL e entrou
247 na revisão do regimento interno. José Paulo (OMA Brasil) disse que na minuta do regimento
248 interno enviada aos subcomitês não aparece o anexo com a divisão dos subcomitês e seria
249 uma coisa boa de se pedir para a CTIL. Ana Costa (AGEVAP) disse que foi aprovada que
250 se discutisse nos subcomitês e levasse para a CTIL mas que ainda não se bateu o martelo.
251 A redefinição validada ainda não apareceu em plenária, entraria no regimento interno. José
252 Paulo Azevedo (OMA Brasil) informou que essa questão já foi discutida nos subcomitês,
253 que inclusive já bateram o martelo e que isso já estava definido. Indicou informar na reunião
254 da plenária do CBH-BG que a delimitação está aprovada nos subcomitês. Disse que essa
255 questão era possível resgatar das atas e registros e que não houve objeção. Ana Costa
256 (AGEVAP) perguntou se o mapa já estava pronto o que foi confirmado por João Paulo
257 Coimbra. João Paulo Coimbra (AGEVAP) informou que esse mapa já estava pronto para
258 otimizar o processo a partir do momento que a definição dos limites fosse oficializada. José

259 Paulo Azevedo (OMA Brasil) insistiu para o fato de que essa questão já estava aprovada
260 no CBH-BG. João Paulo (AGEVAP) informou que entendia que no âmbito das discussões
261 dos subcomitês essa questão estava aprovada, mas que como não participa das reuniões
262 do CBH-BG não tinha conhecimento se isso já havia sido aprovado em plenária do CBH-
263 BG ou qual havia sido o encaminhamento. José Paulo (OMA Brasil) solicitou ajuda da
264 Carolina Martins (AGEVAP) para confirmar essa questão. Ana Costa (AGEVAP) prosseguiu
265 recomendando destacar as UHPs nos mapas dos cadernos de ação dos subcomitês. Ainda
266 se disse receosa em relação ao resumo do plano na hora de transcrevê-lo para os cadernos
267 de ação, já que os ao longo do desenvolvimento dos produtos do plano os subcomitês
268 fizeram várias contribuições a partir do olhar que eles têm sobre o território e, portanto, há
269 riscos de faltar algumas informações, acarretando em número maior de revisões. Frisou
270 que é importante que os subcomitês enxerguem nos cadernos as contribuições que fizeram
271 durante a elaboração do diagnóstico. Falou que o recorte preciso pode ser melhor que o
272 resumo e que isso não impede a utilização dos infográficos e de uma melhora na
273 apresentação da informação. Exemplificou com a questão do Rio Carioca, que não
274 apareceu no diagnóstico e foi algo trazido pela Maria Lobo (Viva Cosme Velho). Reiterou
275 que as pessoas gostam de se reconhecer nos produtos e verem atendidas as suas
276 contribuições. Solicitou não perder as informações na hora de fazer esse resumo. Em
277 relação a divisão de recursos, falou também que o comitê, na época da criação do PAP em
278 2018, constatou que seu plano de bacia só abrangia a porção Leste e Oeste. Para que se
279 pudesse fazer a divisão por todos os subcomitês então estabeleceu-se os percentuais de
280 30% para leste e 30% para o oeste e 10% para cada um dos sistemas lagunares. Destacou
281 que o plano de bacia pode propor uma divisão, mas sempre lembrando de atender a todos
282 os subcomitês. Seria importante ver uma priorização para cada subcomitê, levando em
283 consideração a vocação e os principais problemas de cada subcomitê. Em relação à
284 priorização, disse que inclusive durante a manhã estava respondendo uma carta do Inea
285 elencando os diversos projetos que constam do relatório de progresso e que perguntava
286 qual a priorização do comitê para as ações diante da deliberação de ações com a entrada
287 em conta do recurso que estava arrestado. Destacou a importância do plano para essa
288 priorização. Falou que o plano de 2005, apesar de defasado, traz algumas ações prioritárias
289 que muitas delas não foram implementadas ou que estão sendo implementadas através
290 dos TACs (PDBG, COMPERJ, ...). Informou que é importante ver o que desse plano ainda
291 não foi realizado. Salientou que o PAP e o planejamento estratégico (que definiu os
292 percentuais de divisão dos recursos) tem o prazo até 2022 e será preciso outra oficina ano
293 que vem. Informou que o plano de recursos hídricos será um subsídio técnico do
294 direcionamento da aplicação dos recursos no PAP. Ainda disse que as ações prioritárias
295 devem entrar no manual operativo do plano. Mencionou que o MOP deve trazer as ações
296 de curto prazo e um passo a passo de executá-las de forma célere. Disse que no Tomo III
297 do Diagnóstico do PRH-BG foram definidas as agendas temáticas definindo o grau de
298 criticidade das agendas em cada um dos subcomitês e que isso já é um ponto de partida
299 para critérios de priorização em cada um dos subcomitês. Exemplificou com a questão da
300 preservação dos mananciais no Leste e da questão do sistema Imunana-Laranjal. José
301 Paulo (OMA Brasil) mencionou que a porcentagem definida no planejamento estratégico



302 anterior pacificou a questão de que antes tudo ocorria de forma mais selvagem e que as
303 coisas ocorriam de acordo com a influência. Disse que a arrecadação é baixa e que ainda
304 tem a questão dos 70% dos recursos provenientes da arrecadação com saneamento que
305 é muito alta e figura como um gargalo, já que precisa ser utilizado especificamente em
306 ações de esgotamento sanitário urbano. Disse que em relação ao que precisa ser feito falta
307 muito dinheiro e que era necessário levar em conta para a realização dessas ações não só
308 com recursos do FUNDRHI, mas também outros recursos, tais como dos TACs e das
309 concessionárias. Mencionou que tem uma semelhança que vale a pena pensar em relação
310 ao Plano Integrado do Paraíba do Sul no qual cada comitê afluente tem seu caderno de
311 ação e que cada um não é efetivamente um plano. No caso do CBH-BG também é
312 importante entender que não existe um plano específico para cada um dos subcomitês. O
313 melhor é adotar a metodologia que foi proposta e aplicar para cada um dos subcomitês, e
314 como o PAP ainda está vigente não vê como uma boa ideia alterar isso. A ideia é relatar
315 como vinha sendo feito e relatar a priorização. Já que não foi feita uma nova oficina ainda
316 não existe a divisão do recurso por macroprogramas, que agora com a atualização do plano
317 se tornam as componentes estratégicas. Disse que esse será um desafio e que deverá ser
318 feita uma ponte entre os macroprogramas e as componentes estratégicas. E tornou a
319 mencionar que é importante entrarem recursos além do FUNDRHI. Gabriela Reichert (RHA
320 Engenharia e Consultoria) acatou com a sugestão da Ana Costa sobre as preocupações
321 sobre o resumo dos cadernos de ação dos subcomitês. Disse então que ficou entendido
322 sobre o aprofundamento do conteúdo desses cadernos manter todo o conteúdo do
323 diagnóstico e prognóstico. José Paulo (OMA Brasil) concordou com a sugestão da Ana
324 Costa e disse que dessa forma os subcomitês se sentirão respeitados. Quanto ao Plano,
325 ela disse que algumas informações solicitadas seriam difíceis de se obter, tais como o que
326 o Inea e as concessionárias pretendem fazer em cada subcomitê. Conforme fala do
327 professor José Paulo, Gabriela Reichert sugeriu manter então a ideia da alocação de
328 recursos da forma que vem sendo realizada hoje (30% para Oeste, 30% para Leste e 10%
329 para cada sistema lagunar). João Paulo Coimbra (AGEVAP) resumiu então que o critério
330 de divisão de investimentos dos cadernos será o PAP vigente definido no planejamento
331 estratégico em setembro de 2019, com 30% para o Leste, 30 para o Oeste e 10% para
332 cada sistema lagunar. Reiterou que na sua visão o Plano poderia sugerir uma divisão nova
333 para ajudar o comitê em discussões futuras, visto que o Plano terá uma estrutura nova com
334 as componentes estratégicas. José Paulo (OMA Brasil) ressaltou a importância da não
335 alteração da divisão de recursos e disse que não é a RHA que vai ter elementos para sugerir
336 essa divisão. Maria Lobo (Viva Cosme Velho) falou do momento no qual foi feito o PAP de
337 2019 – 2022 e que naquele momento ainda não tinham todas as informações que foram
338 compiladas para o plano. Apontou que as novas informações devem ser discutidas na
339 elaboração do novo PAP e que os subcomitês possam negociar entre eles e que eles
340 tenham a visão das prioridades. Disse que não pode o PAP de 2019 valer por todo o
341 horizonte do plano, já que ele foi elaborado antes do plano. Falou que a lógica é que o PAP
342 seja construído em cima do plano e não o contrário. José Paulo (OMA Brasil) concordou
343 que o novo PAP deve ser construído em cima do plano. Gabriela Reichert (RHA Engenharia
344 e Consultoria) perguntou se o custeio da entidade delegatária entrará no rateio dos



345 subcomitês, mesmo que na prática não tenha essa diferença se tira do todo ou não, mas
346 apenas para entenderem como apresentar esse valor nos cadernos. José Paulo Azevedo
347 (OMA Brasil) respondeu que o valor estipulado para o custeio da função de agência
348 delegatária é retirado do todo e com o que sobra realiza o rateio de investimentos pelos
349 Subcomitês. Ele também mencionou que o escritório de projetos foi outro pacto não
350 relacionado ao rateio e que não deveria ser alterado. Disse que entendia que era melhor
351 não abrir essa discussão. Disse que o CBH-BG ainda é regido pelo plano antigo e a
352 estrutura em componentes estratégicos só vai surgir mesmo quando ocorrer a oficina do
353 planejamento estratégico. João Paulo Coimbra (AGEVAP) questionou se a ação do Plano
354 de Recursos Hídricos na época foi inserida no rateio dos subcomitês, e também se a ação
355 do Programa de Educação Ambiental foi rateio. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) explicou
356 que o plano foi um valor que não passou por essa divisão, e existe rateio para cada
357 macroprograma. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) comentou o problema da demanda de
358 tempo para a elaboração e acompanhamento dos termos de referência por parte dos
359 membros da secretaria executiva. Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria)
360 solicitou, caso exista, uma diretriz sobre esse rateio que é realizado hoje e foi respondido
361 por João Paulo Coimbra (AGEVAP) que existe o documento “Planejamento Estratégico,
362 Controle Social e Gestão Financeira 2019-2022 – CBH-BG” elaborado durante a oficina
363 passada. **4) Adiamento da data da Oficina do RP08/PF01, programada para o dia**
364 **30/11/2021, para outro dia a ser decidido:** João Paulo Coimbra (AGEVAP) projetou o
365 cronograma vigente pactuado com a RHA e explicou que foi celebrado um termo aditivo
366 para estender a contratação em mais 288 dias. Disse que inicialmente a contratação se
367 encerraria em setembro de 2021 mas que com a assinatura do aditivo passa a se encerrar
368 em julho 2022. Disse que a última entrega da contratação está prevista para maio de 2022
369 e mencionou que este novo cronograma já está um pouco atrasado. Reiterou que é
370 importante seguir o cronograma pactuado com a celebração do termo aditivo de prazo para
371 evitar problemas. Seguiu mencionando sobre o RP08 - Consolidação do PRH-BG e que
372 sua entrega já estava atrasada por conta do atraso na aprovação do RP07. Falou que tem
373 uma oficina (3º Encontro Ampliado) prevista para o RP08 e que a ideia desta pauta era
374 adiar a data de realização da mesma por conta do atraso, mas tentar pactuar uma data
375 para realizá-la ainda em meados de dezembro 2021 para evitar mais atrasos. Recordou
376 que o próximo produto, após o RP08, é o primeiro produto final da contratação, que será o
377 PF01 - Plano de Recursos Hídricos propriamente dito. Informou que o PF01 e o RP08 são
378 basicamente o mesmo produto, a única diferença é que o PF01 será uma versão
379 consolidada aperfeiçoada do RP08 considerando as contribuições advindas do Encontro
380 Ampliado. Seguiu dizendo que a RHA entregará o RP08, que será um produto base para
381 as oficinas, que receberá contribuições dos subcomitês (no mesmo processo que foi feito
382 para os outros produtos) e que depois será consolidado no PF01. Mencionou que o PF02
383 será o Relatório Síntese do PRH-BG, o PF03 será os Planos de Manejo de Usos Múltiplos
384 de Lagoa ou Laguna (PMULs), o PF04 é o Banco de Dados e o PF05 os cadernos de ações
385 dos subcomitês; disse que a contratação estará completa após essas entregas. José Paulo
386 Azevedo (OMA Brasil) perguntou sobre o prazo da RHA para entregar o Relatório Parcial
387 08 (RP08), uma vez que seria necessário para a realização da oficina. Gabriela Reichert

388 (RHA Engenharia e Consultoria) informou que até o início de dezembro o relatório já estará
389 concluído. João Paulo Coimbra (AGEVAP) propôs a escolha do dia 15, 16 ou 17 de
390 dezembro por conta da disponibilidade no calendário do CBH-BG. Respondendo ao José
391 Paulo, Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) disse que foi pensado apenas um
392 dia para a oficina. João Paulo (AGEVA) perguntou se a metodologia já foi pensada e sugeriu
393 utilizar uma metodologia mais ativa para a oficina e não ser apenas uma mera apresentação
394 para o CBH-BG. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) indicou abrir espaço para mais pessoas
395 participarem do encontro. José Paulo Azevedo (OMA Brasil) sugeriu realizar o encontro no
396 dia 17 de dezembro no Museu do Amanhã, presencialmente e por vídeo conferência. Flávia
397 Lanari (APALMA) não concordou em ser presencial e sugeriu pensar numa forma híbrida.
398 Maria Lobo (Viva Cosme Velho) sugeriu abrir o evento para convidar mais pessoas de forma
399 a dar mais chance de participação nesse processo. José Paulo (OMA Brasil) propôs
400 convidar membros representantes de regiões não muito representadas e transmitir através
401 do YouTube. Ele disse que não queria perder a oportunidade de convidar atores externos
402 importantes para esse encontro, tais como representantes do MPRJ e das concessionárias.
403 Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) sugeriu realizar a oficial virtualmente e
404 pensar no encontro presencial para o momento previsto na finalização da contratação, e
405 concordou com a ideia da transmissão pelo YouTube e complementou que poderiam deixar
406 alguma pessoa encarregada pelo chat para interagir e registrar. José Paulo Azevedo (OMA
407 Brasil) indicou o Escritório de Projetos para esse apoio e registro. Ficou definida a data do
408 dia 17/12/2021 para o 3º Encontro Ampliado a ocorrer de forma online. **5) Definição dos**
409 **participantes e convidados para o Encontro Ampliado do RP08/PF01:** José Paulo
410 (OMA Brasil) solicitou basear na lista de convidados da oficina do RP07 para elencar os
411 participantes do encontro do RP08. Ele mencionou a importância de reforçar as regras de
412 participação. Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria) frisou que seria importante
413 definir quem participaria da chamada com a RHA (sala do Google Meets) e quem
414 participaria apenas via YouTube. João Paulo Coimbra (AGEVAP) projetou a planilha de
415 quem compareceu à oficina do RP07, já que não encontrou a lista dos convidados. José
416 Paulo Azevedo (OMA Brasil), diante da lógica deste encontro, solicitou convidar todos os
417 membros de todos os subcomitês e CBH-BG. Recomendou definir qual os temas mais
418 relevantes para cada subcomitê. Ficou definido enviar um convite para todos os membros
419 do comitê e subcomitês, bem como para os convidados externos estratégicos, com o
420 produto em anexo e, para o público em geral, apenas o convite para assistir a oficina via
421 transmissão YouTube e possibilidade de participação via chat. José Paulo (OMA Brasil)
422 indicou convidar os representantes técnicos das empresas de saneamento, AGENERSA,
423 IRM, MPRJ, etc. Ele falou da necessidade de indicar para a RHA o que seria importante
424 destacar na apresentação para o encontro do RP08. Gabriela Reichert (RHA Engenharia e
425 Consultoria) falou que seria possível uma transmissão via YouTube para o público em geral
426 e que em relação a sala do Google Meets precisaria da confirmação da capacidade do
427 número de pessoas na sala e da possibilidade de fazer o streaming. A reunião se encerrou
428 às 17h10.

429

430

José Paulo Azevedo



431 **Coordenação do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídri-**
432 **cos da Baía de Guanabara**

433

434 **Encaminhamentos:**

435 1) Ficou definida a data do dia 17/12/2021 para o 3º Encontro Ampliado a ocorrer de
436 forma online

437 2) Ao receber o RP08 encaminhar para todos os membros do CBH-BG e subcomitês
438 e outros convidados externos específicos (Agenera, GTT SH/MPRJ, IRM, Iguá,
439 Águas do Rio, entre outros) convidando-os à leitura e para a Oficina no dia
440 17/12/2021 e para participação via sala do Google Meets. Ver a possibilidade de
441 chamar o público em geral para a Oficina e transmitir também via Youtube

442

443 Lista de presença: José Paulo Azevedo (OMA Brasil), Alexandre Braga (CCRON), Marcos
444 Filgueiras (Fiocruz), Flávia Lanari Coelho (APALMA), Maria Lobo (Viva Cosme Velho), Ana
445 Costa (AGEVAP), João Paulo Coimbra (AGEVAP), Carolina Martins (AGEVAP), Lohana
446 Cristina Medeiros dos Santos (AGEVAP), Lucas Neto Gonçalves da Silva (AGEVAP), Can-
447 dice Schaufert Garcia (RHA Engenharia e Consultoria), Heloísa de Puppi e Silva (RHA
448 Engenharia e Consultoria), Karine Krunn (RHA Engenharia e Consultoria), Marcia Machado
449 (RHA Engenharia e Consultoria), Gabriela Reichert (RHA Engenharia e Consultoria).